

Políticas públicas, internacionalização e cooperação acadêmica: um olhar histórico

Políticas públicas, internacionalización y cooperación académica: una mirada histórica

Public policies, internationalization and academic cooperation: a historical perspective

AUTOR

**Viviane Martins
Vital Ferraz***

vivi.mvferraz@gmail.com

* Pós-doutoranda
em Educação pela
Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM,
Brasil).

RESUMO:

Estudo vinculado ao Grupo de Pesquisa ELOS do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil). O objetivo foi compreender o percurso histórico da internacionalização e da cooperação acadêmica por meio das políticas públicas educacionais de ensino superior, das influências de organismos internacionais e da Agenda Global 2030. Adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada no método bibliográfico e documental, com análise qualitativa de caráter descritivo e interpretativo. O referencial teórico baseou-se em Morosini (2019), Dalla Corte e Mendes (2018) e Maués (2019), bem como nos seguintes documentos: Lei nº 13.005 (Brasil, 2014) e Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2018). Os resultados evidenciam que a expansão do ensino superior atendeu tanto às exigências do mercado para a formação do profissional global quanto ao processo de internacionalização da educação, impactando a comunidade europeia por meio de programas como o Erasmus+, além de fortalecer a cooperação Sul-Sul mediante parcerias entre universidades estrangeiras e programas de bolsas financiados por instituições públicas e privadas. Conclui-se que a internacionalização pode fomentar a integração intercultural e o debate crítico quando ancorada em relações de cooperação voltadas à produção do conhecimento científico de maneira solidária e menos competitiva, ampliando o acesso de acadêmicos em situação de vulnerabilidade econômica aos programas de mobilidade acadêmica.

RESUMEN:

Estudio vinculado al Grupo de Investigación ELOS del Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidad Federal de Santa Maria (UFSM, Brasil). El objetivo fue comprender el recorrido histórico de la internacionalización y de la cooperación académica a través de las políticas públicas educativas de educación superior, de las influencias de organismos internacionales y de la Agenda Global 2030. Se adoptó un enfoque cualitativo, fundamentado en el método bibliográfico y documental, con análisis cualitativo de carácter descriptivo e interpretativo. El marco teórico se basó en Morosini (2019), Dalla Corte y Mendes (2018) y Maués (2019), así como en los siguientes documentos: Ley n.º 13.005 (Brasil, 2014) y la Política Nacional de Extensión Universitaria (Brasil, 2018). Los resultados evidencian que la expansión de la educación superior respondió tanto a las exigencias del mercado para la formación del profesional global como al proceso de internacionalización de la educación, impactando a la comunidad europea mediante programas como Erasmus+, además de fortalecer la cooperación Sur-Sur a través de alianzas entre universidades extranjeras y programas de becas financiados por instituciones públicas y privadas. Se concluye que la internacionalización puede fomentar la integración intercultural y el debate crítico cuando está sustentada en relaciones de cooperación orientadas a la producción del conocimiento científico de

manera solidaria y menos competitiva, ampliando el acceso de estudiantes en situación de vulnerabilidad económica a los programas de movilidad académica.

ABSTRACT:

This study is linked to the ELOS Research Group of the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Santa Maria (UFSM, Brazil). The objective was to understand the historical trajectory of internationalization and academic cooperation through public policies in higher education, the influence of international organizations, and the Global Agenda 2030. A qualitative approach was adopted, grounded in bibliographic and documentary methods, with descriptive and interpretative qualitative analysis. The theoretical framework was based on Morosini (2019), Dalla Corte and Mendes (2018), and Maués (2019), as well as the following documents: Law No. 13.005 (Brazil, 2014) and the National Policy on University Extension (Brazil, 2018). The findings indicate that the expansion of higher education has responded both to market demands for the training of the global professional and to the process of educational internationalization, impacting the European community through programs such as Erasmus+, while also strengthening South–South cooperation through partnerships among foreign universities and scholarship programs funded by public and private institutions. It is concluded that internationalization can foster intercultural integration and critical debate when grounded in cooperative relationships aimed at the production of scientific knowledge in a supportive and less competitive manner, thereby expanding access to academic mobility programs for scholars experiencing economic vulnerability.

1. Introdução

Atualmente, no Brasil, não há legislação específica que institua uma política pública nacional de internacionalização da educação superior. Em um mundo globalizado e competitivo, marcado pela busca de avanços científicos, tecnológicos e socioeconômicos, bem como pela formação de recursos humanos altamente qualificados, observa-se a crescente centralidade desse modelo de política pública. Assim, em dois sentidos complementares “pode contribuir para a melhoria da visão no mundo da educação superior brasileira e, da mesma forma, afasta as instituições de ensino superior do país de apoiar-se a indicadores internacionais que não se aplicam à realidade nacional” (Miranda & Mueller, 2023).

Isso indica que, apesar de não haver uma política pública nacional específica, as “Instituições de Ensino Superior” (IES) desenvolvem de forma autônoma os seus programas de internacionalização e de mobilidade acadêmica. As IES tendem a observar as proposições dos Organismos Internacionais que estão articuladas com as agendas globais, entre elas a Agenda 2030. Tais proposições fundamentam-se em princípios filosóficos e normativos que orientam planos de ação estruturados em metas e objetivos, configurando-se como modelos referenciais a serem implementados (Morosini & Mentges, 2020).

Vale ressaltar que “Os Organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial e para a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, vêm ‘traçando’ a missão, os objetivos e o modus operandi das instituições de ensino superior” (Maués, 2019, p. 27). Logo, também influenciam diretamente e indiretamente o processo de internacionalização das IES.

O foco passa a ser a constituição de uma rede de cooperação internacional entre os países e as IES, alinhando diretrizes internacionais e nacionais. Esse movimento gera a criação, em grande escala, de programas de internacionalização e de mobilidade acadêmica em parcerias com os programas multilaterais. Esses programas buscam desenvolver acordos entre IES nacionais e internacionais e/ou órgãos internacionais que fomentem a integração internacional e a mobilidade acadêmica. Uma forma de plano de ação são os convênios bilaterais que representam os acordos instituídos entre duas ou mais instituições com foco na cooperação internacional.

Esse movimento impulsiona um modelo de universidade que, ao mesmo tempo, necessita atender a demanda de mercado da sociedade do conhecimento global e intercultural visando sobreviver como IES diante dos sistemas de competições e ranqueamentos, também, necessita se fortalecer por meio da solidariedade entre as IES, por meio da visão cosmopolita da atuação docente e por meio da comunidade acadêmica com foco na discussão crítica à luz dessa temática (Pereira & Heinze, 2017).

O que é amplamente desafiador diante das incertezas, dos contextos emergentes e das possíveis ambiguidades que envolvem a expansão do ensino superior e a pressão pela internacionalização, antes na pós-graduação e agora na graduação, como afirma Morosini (2019). De certa forma, “ela se constitui em uma ameaça simbólica, uma espada sobre a cabeça dos gestores e de muitos que estão imbricados com o assunto” (Morosini, 2019, p. 11). Principalmente quando se pensa na elaboração dos Planos Estratégicos das IES diante das dimensões internacionais e interculturais.

Com base no exposto, o presente estudo teve como objetivo compreender o percurso histórico da internacionalização e da cooperação acadêmica por meio das políticas públicas educacionais de ensino superior, das influências dos organismos internacionais e da Agenda Global 2030.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas
educacionais;
Ensino superior;
internacionalização;
mobilidade
acadêmica;
cooperação
acadêmica.

PALABRAS CLAVE

Políticas públicas
educativas;
Enseñanza superior;
internacionalización;
movilidad
académica;
cooperación
académica.

KEYWORDS

Public policies
in education;
Higher Education;
Internationalization;
Academic
Mobility; Academic
Cooperation.

Recibido:

17/01/2026

Acceptado:

13/05/2026

Visando atender ao objetivo, optou-se pelo estudo bibliográfico com análise qualitativa documental, como será brevemente apresentado na seção seguinte.

2. Metodologia

A pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa ELOS do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Brasil. O objetivo foi compreender o percurso histórico da internacionalização e da cooperação acadêmica a partir das políticas públicas educacionais de ensino superior e das influências dos organismos internacionais e da Agenda Global 2030.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com ênfase nos métodos bibliográfico e documental. A análise fundamentou-se na revisão de literatura, contemplando obras de Amorim (2012), Dalla Corte e Mendes (2018), Maués (2019), Miranda e Mueller (2023), Morosini (2019), Morosini e Dalla Corte (2021), Morosini e Mentges (2020), Pereira e Heinzle (2017) e Barretos e Figueiras (2007), entre outras.

Após a revisão bibliográfica realizou-se uma análise documental pautada por algumas legislações, políticas públicas educacionais do ensino superior, programas e planos que versam sobre a internacionalização: Lei nº 9.394 (Brasil, 1996); Lei nº 10.172 (Brasil, 2001); Lei nº 13.005 (Brasil, 2014) e a Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, 2018), dentre outros.

Após a revisão bibliográfica e a análise documental, os dados foram coletados, tratados e apresentados de forma descritiva e interpretativa (Creswell, 2014).

3. Discussão e resultados

Mergulhar em um olhar histórico acerca da internacionalização da educação superior no Brasil é iniciar esse movimento no período do Brasil Colônia. Tanto no sentido dos estudos realizados no continente europeu pelos membros da classe dominante quanto no sentido da incorporação dos modelos curriculares que seriam adotados com a influência dos jesuítas na criação dos primeiros cursos, como por exemplo o primeiro curso de Filosofia em Salvador. As normas pedagógicas baseavam-se nas adotadas pela Universidade de Coimbra que seguia o modelo do Colégio Romano (Barretos & Figueiras, 2007).

Mesmo com a criação dos cursos de nível superior e das primeiras instituições no período do Brasil Império voltado para a corte portuguesa e sua elite, o processo de internacionalização representado pelo estudo no exterior permaneceu com grande fluxo, assim como a influência nos métodos de organização e estruturação dos recentes cursos criados no Brasil. Neste sentido, a internacionalização acontecia como algo natural e como algo vinculado ao lugar de prestígio atrelado ao grupo dominante (Amorim, 2012; Morosini, 2019).

Esse cenário permaneceu nos primeiros anos da República brasileira até a criação das primeiras universidades, a partir da década de vinte até a metade do século passado. O foco da formação universitária das elites brasileiras e dos que iriam comandar a nação permaneceu durante esse período. Entretanto, historicamente, observou-se um novo movimento a partir dos anos 50. Os movimentos migratórios internacionais começaram a diminuir no sentido da graduação e ampliar no sentido da pós-graduação.

A literatura na área explica que com a recém-criação das universidades não havia nenhum ou pouquíssimos cursos de Mestrado e Doutorado. O que impulsionava a elite a permanecer no movimento de realizarem pós-graduação em instituições estrangeiras. O que demarcava a distinção social, os privilégios das classes média e alta em detrimento da classe popular, que pouco ou nenhum acesso tinha ao ensino superior, quanto mais ao sistema de estudos no exterior (Amorim, 2012).

As universidades modernas se estruturaram com base em três pilares fundamentais: ensino, pesquisa e extensão — tripé que se articula historicamente ao processo de internacionalização das IES. Isso se deve à necessidade do constante processo de expansão, de aperfeiçoamento e de desenvolvimento socioeconômico da própria instituição e da sociedade como um todo.

O tripé ensino, pesquisa e extensão é alicerce dos movimentos de internacionalização e das políticas públicas educacionais vinculadas às IES. A pesquisa alargou os escopos dos acordos internacionais com foco na mobilidade acadêmica; a extensão expandiu os vínculos entre o local e o global; e o ensino incentivou o repertório de conhecimento por meio dos cursos de formação e ampliação de eventos acadêmicos formativos em nível nacional e internacional (Amorim, 2012).

O conceito de internacionalização articula-se ao processo de globalização, especialmente no contexto da sociedade do conhecimento, no qual a formação de capital humano altamente qualificado passa a ser estratégica e a educação superior tende a ser compreendida como um serviço de valor econômico e político-cultural. Um serviço social com alto valor econômico e político-cultural. Não apenas para a formação profissional especializada em grande escala, mas também para a globalização do conhecimento produzido em movimento de cooperação global e local entre as nações envolvidas, seus elementos interculturais, continentais e formadores de capital humano (Morosini, 2019).

O desenvolvimento da educação superior brasileira esteve historicamente atrelado a dinâmicas externas, manifestando-se por três vertentes principais da internacionalização: o avanço da ciência e da tecnologia; a expansão da globalização e do mercado com a necessidade de qualificação de alto nível; e as referências internacionais e influências de instituições e organismos internacionais.

Houve uma ampliação da qualificação dos professores em cursos de Mestrado e Doutorado nas universidades fora do país. Surgem as agências de fomento públicas como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos criados em 1951 (Amorim, 2012) que impulsionaram o fomento da pesquisa e da formação por meio de bolsas para estudo no exterior e ao mesmo tempo a ampliação dos cursos de pós-graduação no Brasil e demais vertentes da internacionalização.

Como curiosidade, vale destacar que a Universidade de São Paulo (USP), nos anos 1930, criou sua primeira pós-graduação, o que demarcou sua relevância no cenário acadêmico brasileiro e internacional na América Latina, mesmo que a regulamentação oficial dos cursos de pós-graduação tenha ocorrido a partir de 1950, como mencionado acima.

A partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a Conferência de Jomtien em 1990, vinculada aos organismos internacionais ampliou consideravelmente a expansão da educação superior e o acesso às camadas mais populares. Concepções internacionais que marcaram profundamente a Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Brasil, 1996), evidenciando em seu texto a expansão quantitativa e qualitativa da educação básica e do ensino superior.

A lei estabeleceu a elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas visando desenvolver a década da educação “em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Brasil, 1996). O que evidencia a influência dos organismos internacionais e a agenda global na educação brasileira. Um período marcado pelo interesse em articular e fortalecer os investimentos financeiros de segmentos internacionais na educação. A Lei nº 10.172 (Brasil, 2001) aprovou o PNE 2001-2011. Já a Lei nº 13.005, aprovou o PNE 2014-2024 (Brasil, 2014), ciclo que se encerra ao final do ano. No Art. 2º encontram-se 10 diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; (Vide ADI 5668); IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação

para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014).

Arelado às diretrizes foram estabelecidas 20 metas e cada meta é formada por um conjunto de estratégias. Ao total são 254 estratégias voltadas para a orientação de criação e/ou adequação de políticas públicas que possibilitem alcançar a meta estabelecida no PNE (Brasil, 2014).

Dentre elas, as metas 12, 13 e 14 se referem ao ensino superior (graduação e pós-graduação). A meta 12 trata do ensino superior com enfoque em estratégias voltadas principalmente para a expansão da educação superior e a qualidade da oferta. Dentro dessa meta há a estratégia 12.12 que se refere especificamente acerca de uma das vertentes da internacionalização que é a área da mobilidade acadêmica. “12.12) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior” (Brasil, 2014).

A meta 13 trata da qualidade da educação. Vale ressaltar que os organismos internacionais apresentam propostas e desenvolvem parâmetros internacionais de ranqueamento com enfoque nos sistemas de avaliação da qualidade da educação. E a meta 14 estabelece as estratégias específicas para a pós-graduação, como pode ser observado em algumas das estratégias dessa meta.

14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa; 14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão; 14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica; 14.12) ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes; 14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do País e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, “Instituições de Educação Superior” – IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs (Brasil, 2014, grifo da autora).

Destacam-se os termos competitividade e cooperação, cuja coexistência revela uma tensão estrutural no modelo de internacionalização, conforme apresentado acima. Um dos desafios é encontrar um equilíbrio no processo de internacionalização das IES, de tal forma que, a rede de cooperação norte-global e sul-global aprimore a capacidade humana de desenvolver tecnologias, ciências e inovações que favoreçam o desenvolvimento sustentável e a cooperação solidária.

Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), vinculam a internacionalização aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituíram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os objetivos cujo processo de formulação se iniciou em 2012 foram oficialmente adotados em 2015 pela ONU. Eles orientam e atendem a Agenda Global 2030 (ONU). Nesse sentido, orientam-se pela promoção de uma cidadania global, sustentável e humanizada, que enfrente de forma cooperativa e solidária os desafios pertinentes ao meio ambiente e às questões políticas e socioeconômicas. O foco é reduzir os danos ambientais, a pobreza e as múltiplas formas de violência.

Esses organismos reconhecem a educação como uma forma eficiente de implementação dessa nova mentalidade no qual o local e o global dialogam em prol da humanidade instituindo a Agenda Global 2030 da

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Para tal, as IES necessitam formar o professor e o estudante cosmopolita, intercultural e de cidadania global (Morosini, 2019; Morosini & Mentges, 2020).

O conceito de internacionalização é muito mais amplo e a mobilidade acadêmica é apenas uma das áreas. Morosini (2019) apresenta as múltiplas vertentes da internacionalização nomeadas como: “internacionalização do ensino superior”, “internacionalização integral – compreensiva”, “internacionalização do currículo”, “internacionalização transfronteiriça (mobilidade)” e “internacionalização em casa”.

Neste sentido, uma vertente contém a outra como as camadas de uma casca de uma laranja sendo a “internacionalização do ensino superior” a camada mais externa e mais ampla e a camada “internacionalização do currículo” mais interna e específica. Camada essa que é formada pela “internacionalização transfronteiriça (mobilidade)” e “internacionalização em casa” que são complementares (Morosini, 2019).

A “internacionalização integral – compreensiva” envolve um acordo firmado para desenvolver um conjunto de ações com o intuito de estabelecer perspectivas internacionais, nacionais e comparativas do tripé da universidade - pesquisa, ensino e extensão - incluindo assim as ações de pertinência social e de caráter de serviço com órgãos, instituições e agências parceiras. Se caracteriza pela mobilidade acadêmica, com seus intercâmbios, períodos de estância (sanduíche ou cotutelas); trocas de experiências interculturais e de conhecimento entre instituições e pesquisadores colaboradores com publicações e pesquisas compartilhadas; arrecadação de recursos e as universidades cofundadas etc. (Morosini, 2019).

Já a “internacionalização do currículo” envolve orientações e diretrizes vinculadas aos direcionamentos internacionais como dos organismos internacionais atendendo às dimensões globais, interculturais com foco por exemplo a atingir as metas estabelecidas na “Educação para Todos”, “ODS”, Agenda Global 2030 e Agenda Global E2030. São as dimensões internacionais que atingem a construção do curso como um todo desde a elaboração do currículo, dos programas de ação, da escolha dos métodos de ensino, do sistema de avaliação, entre outros (Morosini, 2019).

A “internacionalização do currículo” apresenta duas vertentes complementares: “internacionalização transfronteiriça (mobilidade)” que representa as múltiplas formas de educação superior que podem ocorrer fora do país de origem, considerando tanto o movimento de enviar como receber estudantes, professores e servidores; “internacionalização em casa” é a identificação e execução da própria internacionalização adequando-a a partir das diretrizes internacionais que por vezes estão pautadas pelos modelos europeus e não dialogam com a realidade do sul-global e sul-sul e com a própria instituição. Também engloba a construção do currículo formal e informal e todos os elementos pedagógicos que o constitui (Morosini, 2019).

Ao refletir sobre o impacto das múltiplas vertentes da internacionalização, observa-se que a formação cosmopolita se organiza em cooperação norte-global e em um modelo de cooperação sul-sul. Um dos programas pautados pela cooperação norte-global que atende em maior escala a comunidade europeia é nomeado como Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários (Erasmus+). Trata-se de um programa da União Europeia (UE) na área da educação, do desporto, da formação e da juventude que visa fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens alinhado às competências sociais e interculturais e aptidões necessárias para a formação de um cidadão global e cosmopolita. Pode atender a cooperação Norte-Sul Global quando acordos bilaterais são feitos entre duas instituições de hemisférios distintos (Comissão Europeia, 2024).

É um programa de bolsas de mobilidade acadêmica entre os países membros da UE e alguns países convidados para jovens realizarem estudos, qualificação profissional e/ou atuação profissional aspirando contribuir com a igualdade de oportunidades e a redução do abandono escolar. O perfil abrange pessoas da UE; imigrantes que vivem nessa região; pessoas em situação de deslocamento forçado, incluindo refugiados oriundos de zonas de guerra, como a Ucrânia; pessoas com deficiência; jovens que residem em áreas distantes da UE e apresentam dificuldades financeiras; e pessoas das instituições internacionais parceiras.

Deverá tornar-se normal passar tempo noutro país para estudar, aprender e trabalhar e deverá ser dada a oportunidade a todos de aprender mais duas línguas, além da língua materna. O programa é um elemento fundamental para apoiar os objetivos do Espaço Europeu da Educação, do Plano de Ação para a Educação Digital 2021-2027, da Estratégia da UE para a Juventude e do Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto (2021-2024) (Comissão Europeia, 2024).

O programa busca fomentar o pensamento crítico e a literacia midiática, reduzindo o impacto das *fake news* e da desinformação nos processos formativos juvenis. Reconhece que entidades parceiras que visam a cooperação transnacional e internacional contribuem com a formação do cidadão dinâmico e com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva, ecológica e preparada para os desafios digitais (Comissão Europeia, 2024).

Já no campo da cooperação Sul-Sul, observa-se a cooperação internacional a partir de um conjunto de medidas em prol do desenvolvimento colaborativo solidário entre os países em desenvolvimento, no qual há uma aproximação entre os objetivos, estruturas socioeconômicas e condições históricas enraizadas principalmente no colonialismo. Neste sentido, a internacionalização do ensino superior ganha ainda maior destaque com o surgimento de acordos multilaterais e bilaterais com foco na solidariedade e na implementação da inovação.

Dalla Corte e Mendes (2018) em seus estudos apresentam alguns dos acordos de cooperação sul-sul realizados entre o Brasil e países emergentes parceiros. Dentre eles, destaca-se a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A Unilab é uma instituição de ensino superior pública federal com vínculo no Ministério da Educação que foi fundada em 2010 e está localizada no Ceará (Campus da Liberdade, Campus das Auroras e Unidade Acadêmica dos Palmares) e na Bahia (Campus dos Malês). Está organizada em mais de 30 cursos de graduação, em pós-graduação *lato sensu* – especialização; e pós-graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado.

O objetivo específico da Unilab é promover a cooperação solidária entre os países lusófonos visando “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos” (Unilab Institucional, 2024), ou seja, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Os países parceiros da instituição são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. E ainda tem o objetivo de fortalecer as relações de amizade entre os países-membro para “promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional” (Unilab Institucional, 2024).

No que se refere às relações institucionais e internacionais, a Unilab, enquanto universidade de vocação internacional, vem promovendo e desenvolvendo de forma colaborativa o Programa de Mobilidade Internacional (PMI). Além de articular a mobilidade acadêmica da comunidade (professores, servidores e acadêmicos) amplia as relações diplomáticas, a integração internacional e o desenvolvimento regional dos países envolvidos ao promover a formação de profissionais de alto nível, permitindo-lhes fazer a diferença em seus países de origem, seja no Brasil ou nos países parceiros.

Por sua origem e veia ancorada ao espírito da internacionalização e da mobilidade acadêmica internacional, a Unilab é reconhecida por dois prismas complementares. O primeiro atende ao sentido subjetivo ao ser comparado a uma “fábrica de sonhos”, visto que já transformou a vida dos estudantes brasileiros, estrangeiros e a realidade local. O segundo refere-se aos indicadores que mensuram a qualidade das IES, demarcando sua excelência e importância no Brasil, na América Latina, na África e entre os países estrangeiros que falam à Língua Portuguesa.

Desta forma, os termos integração e internacionalização se imbricam para contribuir no desenvolvimento do Maciço do Baturité Cearense e do Recôncavo Baiano, atendendo uma população de quase um milhão de habitantes e alcançando todos os países da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) (Unilab Institucional, 2020).

Outro documento analisado foi a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), que “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências”. Observam-se alguns trechos que demarcam a presença das múltiplas vertentes da internacionalização na política nacional de extensão universitária.

No Art.6º apresenta a internacionalização do ensino superior em um sentido mais amplo “II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade” (Brasil, 2018) que incorpora o sentido da interculturalidade, das relações de integração internacional e da cooperação internacional solidária.

Apresenta ainda no sentido da mobilidade acadêmica, da transfronteiriça, da internacionalização integral e da internacionalização de casa no Art. 17, “As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes”. E para finalizar, o sentido da internacionalização do currículo sobre a avaliação externa e o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), no Art. 12.

Esse breve olhar histórico sobre as políticas públicas, a internacionalização e a cooperação acadêmica nos impulsiona a compreender que o mergulho teórico e documental só está começando.

4. Considerações finais

A pesquisa apresentou como objetivo compreender o percurso histórico da internacionalização e da cooperação acadêmica a partir das políticas públicas educacionais de ensino superior e das influências dos organismos internacionais e da Agenda Global 2030. Para atingir o objetivo foi realizado um olhar histórico com base em referencial teórico e análise documental apresentando os dados de forma descritiva, exploratória e interpretativa.

Inicialmente, a internacionalização configurou-se como prática associada à formação das elites dominantes frente ao objetivo de comandar e permanecer no poder e no lugar do privilégio. Com a globalização, a expansão universitária também impulsionou a internacionalização visando à formação profissional altamente qualificada com visão cosmopolita e com dimensões interculturais. Diante desse cenário, os organismos internacionais vão impactar diretamente a internacionalização no ensino superior assim como a formação universitária da camada popular.

No entanto, nos documentos analisados, ao mesmo tempo em que se propõe a construção de uma rede de cooperação solidária entre as IES, se fomenta o espírito da competitividade. Trata-se de movimentos ambivalentes, capazes de produzir solidariedade, mas também processos de precarização e assimetria institucional. Por isso é preciso estar em estado de alerta, promovendo discussões críticas acerca da internacionalização, da integração internacional, da mobilidade acadêmica e das influências dos organismos internacionais na orientação das políticas públicas.

Romper com o paradigma da mercantilização da educação exige um mergulho profundo no global e no local, de tal forma que não apenas se propague o desenvolvimento econômico ancorado na globalização e nos interesses de instituições e organismos internacionais. Propaga-se o interesse do próprio país como fomentador de políticas públicas nacionais e nas relações cooperativas entre IES, entre cidades, entre estados, entre regiões e entre países que se ajudam mutuamente.

Um caminho possível reside na compreensão de que os interesses econômicos da sociedade do conhecimento não podem se sobrepor à formação humana, à sustentabilidade, às relações diplomáticas solidárias pautadas nos direitos humanos e ao diálogo intercultural.

Perpassa não apenas pelo desenvolvimento da educação superior e das ciências, mas pela formação do pesquisador, pelo salário digno e pelo ambiente saudável, considerando as questões socioemocionais e socioeconômicas. E ao alinhamento das políticas públicas em atender aos interesses internos e locais; aos interesses das relações de cooperação com o norte-global, sul-global e sul-sul, sempre atentos ao espírito de respeito, de solidariedade e bem comum.

Ainda, evidencia-se que o percurso histórico da internacionalização e da cooperação acadêmica no Ensino Superior brasileiro se constitui na interseção entre políticas públicas nacionais, influências dos organismos internacionais e os marcos normativos e ético-políticos da Agenda Global 2030, demonstrando tensões permanentes entre competitividade, solidariedade e formação humana.

Nesse horizonte, a internacionalização, a mobilidade acadêmica e as redes de cooperação internacional, quando orientadas por princípios de solidariedade, equidade e responsabilidade social, afirmam-se como elementos estruturantes de um projeto de justiça social e democratização do acesso ao ensino superior. Os programas de bolsas e assistências estudantis por meio das políticas públicas educacionais, os programas de e redes interinstitucionais podem reduzir assimetrias históricas de acesso entre grupos socialmente desiguais.

Quando vinculadas por princípios de solidariedade, equidade e responsabilidade social, tais movimentos de internacionalização se ampliam de ações restritas às elites acadêmicas para um campo formativo mais inclusivo. Incluso por ser capaz de alcançar estudantes em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e de fortalecer sua permanência nos espaços nacionais e internacionais de produção do conhecimento e formação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim, M. A. (2012). A educação dos brasileiros. *Brasiliانا: Journal for Brazilian Studies*, 1(1), 44–65.
- Barretos, A. L., & Figueira, A. L. (2007). Origens da universidade brasileira. *Química Nova*, 30(7), 1780–1790. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422007000700050>
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- Brasil. (2001). *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm
- Brasil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm
- Brasil. (2018). *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>
- Comissão Europeia. (2024). *Parte A: Informações gerais acerca do Programa Erasmus+*. <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/programme-guide/part-a>
- Creswell, J. W. (2014). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed., L. O. R., Trad.). Penso.
- Dalla Corte, M. G., & Mendes, F. Z. (2018). Políticas públicas e internacionalização da educação superior: Em pauta a cooperação sul-sul. *Educação por Escrito*, 9(2), 380–397. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2018.2.30280>
- Maués, O. C. (2019). Ensino superior na ótica dos organismos internacionais. *Educar em Revista*, 35(75), 13–30. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.66009>
- Miranda, J. A., & Mueller, C. V. (2023). *Política nacional de internacionalização da educação superior no Brasil: Uma análise crítica*. SciELO Preprints, 1–23. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6549>
- Morosini, M. (2019). *Guia para a internacionalização universitária*. EDIPUCRS.
- Morosini, M. C., & Mentges, M. J. (2020). Organismos internacionais e educação superior: Proposições da Agenda 2030. *ETD – Educação Temática Digital*, 22(3), 632–650. <https://doi.org/10.20396/etd.v22i3.8659308>
- Morosini, M., & Dalla Corte, M. (2021). Internacionalização da educação superior. In M. Morosini (Ed.), *Enciclopédia brasileira de educação superior – EBES*. EDIPUCRS.
- Pereira, P., & Heinzle, M. R. S. (2017). A internacionalização da educação superior e o Plano Nacional de Educação 2014–2024: Diretrizes, metas e estratégias. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(1), 186–202. <https://doi.org/10.22348/riesup.v3i1.7736>
- Unilab. (2020, 30 de julho). *Unilab 10 anos*. <https://unilab.edu.br/unilab10anos/>
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa: do início ao fim*. Penso.